



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201940601488	Distribuição: 23/09/2019
Número Único: 0050198-07.2019.8.25.0001	Competência: Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito
Classe: Cumprimento de Sentença	Fase: INTIMACAO/PENHORA/BACEN-JUD
Situação: Andamento	Processo Principal: 201940600336
Processo Origem: 201940600336 - Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Liquidação / Cumprimento / Execução - Levantamento de Valor  
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Sucumbência - Honorários Advocatícios

**Dados das Partes**

EXEQUENTE: GABRIEL MOURA DE SANTANA  
Endereço: RUA LARANJEIRAS  
Complemento:  
Bairro: CENTRO  
Cidade: ARACAJU - Estado: SE - CEP: 49010000  
Advogado: GABRIEL MOURA DE SANTANA 11834/SE  
EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A  
Endereço: Rua da Assembléia  
Complemento: 24º andar  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: RJ - CEP: 20011904  
Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ 2592/SE



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940601488

**DATA:**

23/09/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201940601488, referente ao protocolo nº 20190923153504210, do dia 23/09/2019, às 15h35min, denominado Cumprimento de Sentença, de Levantamento de Valor, Honorários Advocatícios.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DE  
ACIDENTES E DELITOS DE TRANSITO DA COMARCA DE  
ARACAJU/SERGIPE**

**Execução referente ao Processo nº : 201940600336**

**GABRIEL MOURA DE SANTANA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SE através do número 11834, portador do CPF nº 058.444.895.35, RG nº3.281.351-1 SSP/SE, com endereço profissional na Rua Laranjeiras, nº 814, sala 04, Centro, na cidade de Aracaju/SE, postulando em causa própria, vem respeitosamente, apresentar;

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Na forma do art. 523 do CPC.

Em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, endereço eletrônico desconhecido, nos termos e fundamentos a seguir expostos:

**1. DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

O Exequente faz jus ao benefício da justiça gratuita, tendo em vista que o ônus de arcar com as custas do processo comprometerá sua subsistência e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Não obstante, cabe destacar a determinação do diploma processual civil, que no artigo 99, §3º, que diz que “*presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural*”.

Diante disso, requer que sejam concedidos os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA em sua integralidade, conforme dispõe o artigo 98 do Código de Processo Civil:

*Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas*



*processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.*

## **2. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

A sentença foi prolatada no dia 21/08/2019, sendo publicada no diário de justiça no dia 22/08/2019, portando ocorrendo o transito em julgado.

O dispositivo de sentença possui os seguintes termos, *in verbis*:

*Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de R\$10.800,00(dez mil e oitocentos reais), a título de indenização do seguro DPVAT por morte, corrigida monetariamente desde a data do sinistro, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação. Bem como, ao pagamento do valor correspondente aos juros moratórios (a partir da citação) e correção monetária (do evento danoso) sobre o valor pago administrativamente (R\$ 2.700,00 – dois mil e setecentos reais). **Como corolário da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação.***

Diante disto, com base no art. 524 do CPC, o exequente requer o pagamento do percentual de 15% referente ao valor total da condenação.

Compete destacar que a presente demanda versa apenas sobre a execução quanto aos honorários sucumbenciais, visto que já existe uma execução em autos apartados quanto à condenação objeto da sentença.

Destarte, para fins de liquidação de valor, a presente execução limita-se ao percentual de **15%** da condenação total (R\$12.475,59 (doze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos)), conforme documento anexo. Sendo assim, o valor devido referente aos honorários de sucumbência



perfaz a quantia de **R\$ 1.871,33 (hum mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)**.

### **3. DOS REQUERIMENTOS**

Diante disto, requer:

- O recebimento do presente cumprimento de sentença, em todos os seus termos e documentos a ele acostados;
- A intimação do executado, na forma do § 1º, 2º e 3º do art. 523 do CPC, para fins de saldar o crédito, no valor de **R\$ 1.871,33 (hum mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)**, referente ao percentual de 15% da condenação total.
- Nos termos do art. 835, I do CPC, fica requerido desde já a utilização do Sistema BACENJUD para bloqueio dos valores existentes em contas bancárias de titularidade do executado, tanto, quanto bastem para saldar o montante devido.
- Por fim, cumprindo o executado com a obrigação de pagamento, requer o exequente a expedição do competente Alvará para levantamento da quantia disponível.
- Caso não haja o adimplemento voluntário do valor no prazo legal, seja acrescido a multa no percentual de 10% sobre o valor do débito e 10% de honorários advocatícios, pugnando pela penhora via BACENJUD do montante entabulado até o momento do bloqueio, nos termos dos artigos 523 e seguintes do CPC.

Dá-se a demanda o montante de **R\$ 1.871,33 (hum mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e três centavos)**.

Nestes termos, pede e aguarda deferimento.

**Aracaju, 21 de setembro de 2019**

**Gabriel Moura De Santana**  
**OAB/SE 11834**

**Mario Cesar Da Silva Conserva**  
**OAB/SE 12559**





## DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

Processo número: 201940600336

**AUTORAS: ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA e MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA**

**Índice de correção utilizado : INPC**

### **Sentença**

1. R\$ 10.800,00 ( dez mil e oitocentos reais) corrigidos desde a data do sinistro (02/2018) e juros de mora de 1% a.m. a partir da citação (03/2019).
2. Correção referente ao valor pago administrativamente ( R\$2.700,00), correção desde a data do sinistro (02/2018) e juros de mora de 1% a.m. a partir da citação (03/2019).
3. **Como corolário da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação.**

### **CÁLCULOS**

R\$ 10.800,00  
Correção desde 01/02/2018 – R\$ 653,27  
Juros de mora – 6% (03/2019) – R\$ 687,20

Valor total: R\$ 12.140,47 ( doze mil, centos e quarenta reais e quarenta e sete centavos).

R\$ 2.700,00 (Somente a correção e juros)  
Correção desde 01/02/2018 – R\$ 163,32  
Juros de mora – 6% (03/2019) – R\$ 171,80

Valor total: R\$ 335, 12 (trezentos e trinta e cinco reais e doze centavos).

**Honorários de sucumbência – Percentual de 15% sob o valor total da condenação**

**15% de R\$ 12.475,59 = R\$ R\$ 1.871,33.**

**Valor total honorários de sucumbência : R\$ 1.871,33 (hum mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e três centavos).**





**Aracaju, 21 de setembro de 2019**

**Gabriel Moura De Santana**

**OAB/SE 11834**



## Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

**Processo: 201940600336**

### Dados do Processo:

<b>Número Único</b> 0013573-71.2019.8.25.0001	<b>Classe</b> Procedimento Comum	<b>Processo Origem</b> --
<b>Tipo</b> Eletrônico	<b>Competência</b> Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito	<b>Segredo</b> N (Não)
<b>Distribuição</b> 14/03/2019	<b>Impedimento/Suspeição</b> N (Não)	<b>Valor da Causa</b> --

### Status do Processo:

<b>Situação</b> JULGADO	<b>Data Julgamento</b> 21/08/2019	<b>Número da Caixa de Arquivamento</b> --
<b>Fase</b> POSTULACAO		

### Assuntos do Processo:

DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita
DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Material - Acidente de Trânsito

### Partes do Processo:

<b>Tipo</b> Requerente	<b>Nome</b> ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA	<b>Representantes e Filiação</b> <b>Representante(s) da Parte:</b> Advogado: GABRIEL MOURA DE SANTANA - 11834/SE Advogado: MÁRIO CESAR DA SILVA CONSERVA - 12559/SE
Requerente	MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA	<b>Representante(s) da Parte:</b> Advogado: GABRIEL MOURA DE SANTANA - 11834/SE Advogado: MÁRIO CESAR DA SILVA CONSERVA - 12559/SE
Requerido	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A	<b>Representante(s) da Parte:</b> Advogado: KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ - 2592/SE

Passe o cursor sobre os termos escritos dessa forma para visualizar o seu significado.

### Movimentos do Processo:

Data	Movimento	Descrição	Localização	Diário de Justiça
29/08/2019 08:51:55	Certidão	Aguardando final de prazo.	Secretaria	Não
21/08/2019 12:29:24	Julgamento	{Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência} Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de R\$10.800,00(dez mil e oitocentos reais), a título de indenização do seguro DPVAT por morte, corrigida monetariamente desde a data do sinistro, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação. Bem como, ao pagamento do valor correspondente aos juros moratórios (a partir da citação) e correção monetária (do evento danoso) sobre o valor pago administrativamente (R\$ 2.700,00 – dois mil e setecentos reais). Como corolário da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.	Secretaria	22/08/2019
17/07/2019 08:50:40	Conclusão	{Conclusão}	Juiz	Não
10/07/2019 12:26:46	Juntada	{Juntada >> Petição} Manifestação do MP	Secretaria	Não
05/07/2019 13:51:32	Outras Informações	Intimação da Promotoria considerada em 05/07/2019, mediante consulta processual do(a) Promotor(a) JOELMA SOARES MACEDO DE SANTANA, referente ao movimento Intimação Eletrônica, do dia 03/07/2019, às 12:13:07.	Secretaria	Não

Disque TJ/SE: 0800.079.0008

Opção (4) **Consulta processual** – para acompanhar o andamento do seu processo;

Opção (5) **Ouvidoria** – para sugestões, elogios, reclamações e dúvidas relacionadas ao Tribunal de Justiça de Sergipe.

**Explicações sobre a Consulta Processual**



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito**

Nº Processo 201940600336 - Número Único: 0013573-71.2019.8.25.0001

Autor: MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA E OUTROS

Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

Movimento: Julgamento >> Com Resolução do Mérito >> Procedência

Vistos etc.

**1. Breve relatório**

**MARIA ALICE LISBOA SANTOS SILVA e ALLANE VICTORIA LISBOA SANTOS SILVA**, representadas por sua genitora, Sra. Flávia Santos Silva, ajuizaram a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada nos autos do processo suprarreferido, aduzindo os fundamentos fático-jurídicos sucintamente infraestruturados.

Relata na vestibular serem *beneficiárias do seguro DPVAT*, que entende ser *devida em virtude de acidente de trânsito*, fazendo jus a indenização por morte, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, tal como estabelecido no art. 3º, inciso I, da Lei 6.194/74. Afirma que seu pai foi vítima de acidente de trânsito, vindo a óbito em virtude do “choque hipovolêmico, hemotórax bilateral decorrente do impacto com instrumento contundente”.

Acostaram aos autos os pertinentes documentos, a fim de munir de força probante as assertivas supra, a exemplo de documentos pessoais, boletim de ocorrência e certidão de óbito.

Compondo a lide após validamente citada, ofereceu a seguradora ré tempestiva resposta, sob a forma de contestação, mediante a qual postula, preambularmente, o reconhecimento **(a)** da ilegitimidade “ad causam” para recebimento integral da indenização, ante a ausência de comprovação da qualidade de únicos beneficiários; no mérito, apontou **(b)** a quitação administrativa, narrando que já repassou o valor devido às autoras; **(c)** falta de documento imprescindível ao exame da questão – laudo de exame de corpo de delito (IML). Em caso de eventual condenação, roga **(d)** sejam os juros moratórios computados a partir da citação e correção monetária a partir do ajuizamento da demanda, almejando, em suma e por fim, a integral improcedência dos pedidos.

Fora apresentada réplica reiterativa.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

**2. Fundamentação**

**2.1 Das preliminares**

### 2.1.1 DA PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL

Na sua peça de defesa, argui a demandada, em sede de preliminar, a inépcia da exordial sob o argumento de que a parte autora não apresentou o Laudo de necrópsia do IML. Todavia, analisando os autos, observo que a parte demandante anexou provas cabais de que o Sr. **Asley Allan Lisboa Santos** foi vítima de acidente de trânsito, provas estas suficientes para a interposição da presente demanda.

Ademais, o Código de Processo Civil, no artigo 330, § 1º, estabelece que a petição inicial será inepta quanto lhe faltar pedido ou causa de pedir, da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão; o pedido for indeterminado ou incompatíveis entre si. No caso em análise, não observo a incidência de quaisquer destas hipóteses.

### 2.1.2 DA PRELIMINAR DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS

A matéria trazida neste feito não demanda maiores delongas, conforme será demonstrado em seguida, motivo pelo qual se deve afastar, de pronto, a alegação trazida pela requerida, no tocante à ausência de comprovação da qualidade de únicos beneficiários, consequentemente a ilegitimidade *ad causam*.

Ao contrário do que assevera a seguradora, as autoras são parte legítima para figurar no polo ativo da demanda, uma vez que, conforme depreende-se das Certidões de Nascimento, constante nos autos, as autoras são filhas do “*de cujus*”.

Ademais, a possível existência de outros herdeiros da vítima ou a não comprovação de inexistência deles, não tem o condão de afastar a legitimidade ativa da autora, por não consubstanciar hipótese de litisconsórcio ativo necessário.

A respeito do tema, colhem-se precedentes:

*“AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO – DPVAT – ILEGITIMIDADE ATIVA – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – CORREÇÃO MONETÁRIA E JURUS DE MORA – HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. A companheira de vítima de acidente de trânsito possui legitimidade para requerer a indenização do Seguro Obrigatório. O descendente da vítima, que não é parte da demanda, tem direito a uma parte da indenização do Seguro DPVAT, todavia, tal fato não desnatura a pretensão dos demais herdeiros, os quais possuem legitimidade para pleitear o seu quinhão(...)”*(Apelação Cível nº 1.0414.10.001280-9/001, Rel. Des. Estevão Lucchesi, julgamento em 29/11/2012, publicação súmula em 07/12/2012”.

Diante disso, afasto a preliminar suscitada.

### 2.2 Do mérito

Cuida-se de **AÇÃO DE COBRANÇA**, cingindo-se o pleito autoral à perseguição judicial do valor atinente à indenização do seguro DPVAT, aduzidamente não repassado, nos termos da legislação aplicável, com arrimo no art. 3º, I, da Lei 6.194/74.

Observe-se que, em consonância com o disposto na legislação aplicável à espécie (art. 4º da Lei 6.194/74 e art. 792 do Código Civil), a indenização oriunda de acidente por morte deve ser paga **ao cônjuge supérstite e ao restante de seus herdeiros**, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para os herdeiros e 50% (cinquenta por cento) em favor da companheira, devendo-se, entretanto, observar a ordem de vocação hereditária. Sendo assim, existindo, *in casu*, tão somente descendentes (eis que a mãe, representante legal das autoras, não apresentou reconhecimento de união estável ou certidão de casamento, razão pela qual não figura no polo ativo da demanda), as herdeiras legais— nesta situação específica, filhas –, devem receber o valor total da indenização (**de R\$ 13.500,00 - treze mil e quinhentos reais**).

Corroborando o acima exposto, veja-se o conteúdo normativo dos dispositivos legais supracitados:

*Art. 4º - A indenização no caso de morte será paga de acordo com o disposto no art. 792 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)*

*Art. 792 - Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária. (sem grifos nos originais).*

O Código Civil de 2002, quanto à ordem da vocação hereditária, estabelece:

*Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:*

*I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;*

*II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;*

*III - ao cônjuge sobrevivente;*

*IV - aos colaterais.*

Vê-se que a parte autora acostou aos autos Certidões de Nascimento (das autoras e do pai destas). É incontroverso e os documentos acostados comprovam que o pai das autoras faleceu em razão de acidente de trânsito, conforme consta na Certidão de Óbito, sendo, assim, legítimo o reclamo inicial.

Por fim, ressalte-se que a seguradora se desobriga do pagamento da indenização quando não se tem notícias da existência de outros herdeiros. Assim, caso surja novo beneficiário legítimo, este deve perseguir o valor recebido junto aos herdeiros beneficiados com o pagamento do seguro, e não junto à seguradora, que fica desobrigada. Não há obrigação da seguradora averiguar a existência de outros beneficiários da vítima, motivo pelo qual não cabe à seguradora, também, pagar o valor menor “acautelando” suposto direito de beneficiário futuro, como fez no caso. Ora, a efetivação de pagamento não retira o direito do herdeiro (que não constava nos registros do morto), mas o pedido, como dito, deve ser formulado diretamente a quem recebeu os valores, e não pleitear novo recebimento perante a seguradora.

Eis a jurisprudência aplicável:

*RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. CREDOR PUTATIVO. TEORIA DA APARÊNCIA. 1. Pela aplicação da teoria da aparência, é válido o pagamento realizado de boa-fé a credor putativo. 2. Para que o erro no pagamento seja escusável, é necessária a existência de elementos suficientes para induzir e convencer o devedor diligente de que o recebente é o verdadeiro credor. 3. É válido o pagamento de indenização do DPVAT aos pais do de cujus quando se apresentam como únicos herdeiros mediante a entrega dos documentos exigidos pela lei que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais, hipótese em que o pagamento aos credores putativos ocorreu de boa-fé. 4. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1601533/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 16/06/2016)*

### **2.2.1 Dos juros moratórios e da correção monetária**

A parte autora formulou pedido no sentido de que fosse considerada a data do evento danoso para fins de correção monetária. E, para o caso de juros moratórios, a data da citação da seguradora ré.

A atualização monetária do valor da condenação, abrangendo juros, custas e honorários de advogado, decorre do art. 404, do Código Civil, independentemente do pedido do autor.

***No caso de responsabilidade extracontratual, em regra, a correção monetária e os juros moratórios fluem a partir do evento danoso.*** Assim, pacificou-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sumulada nos enunciados 43 e 54, a seguir transcritos:

*43. Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.*

*54. Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.*

Restou pacificado em sistemática de recurso repetitivo (STJ Resp 1.483.620/SC) que a incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT opera-se desde a data do evento danoso. Entretanto, “*somente ensejará as atualizações monetárias, no caso de a seguradora não proceder com o pagamento administrativo no prazo de 30 dias da entrega dos documentos necessários pelo segurado*” (TJSE - Ap. Cível n. 201800822922 – 2ª câmara Cível. Rel. Ricardo Múcio Santana de A. Lima. Jul. 25/09/2018)

Aplicável, ao caso em tela, assim, a Súmula 580-STJ (“*a correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso*”).

Quanto aos juros moratórios, no entanto, não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se pensar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso. Por isso, inaplicável a Súmula 54, acima apontada. Tem lugar, no presente caso, a aplicação da Súmula 426:

*426. Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.*

### **3. Dispositivo**

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pleito autoral para condenar a seguradora requerida ao pagamento de **R\$10.800,00(dez mil e oitocentos reais)**, a título de indenização do seguro DPVAT por morte, corrigida monetariamente desde a data do sinistro, mais juros de mora de 1% (um por cento) ao mês contados da citação. Bem como, ao pagamento do valor correspondente aos juros moratórios (a partir da citação) e correção monetária (do evento danoso) sobre o valor pago administrativamente (R\$ 2.700,00 – dois mil e setecentos reais).

Como corolário da sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor total da condenação.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Aracaju/SE, 7 de agosto de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE VAZ FIDALGO**, Juiz(a) de Vara de Acidentes e Delitos de Trânsito, em 21/08/2019, às 12:29:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002115943-47**.

---





**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**VARA DE ACIDENTES E DELITOS DE TRÂNSITO DA COMARCA DE ARACAJU**  
**Av. Pres. Tancredo Neves, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49080470**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201940601488

**DATA:**

24/09/2019

**MOVIMENTO:**

Ato Ordinatório

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se a parte executada, a fim de que pague, em 15 (quinze) dias, a importância devida, ou prove que já o fez, visando a obstar o prosseguimento dos atos executórios com incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, conforme art. 523 do NCPC. Transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim